

# Governo fecha 12.500 vagas no serviço público

**Medida aprovada pela CCF vai economizar R\$ 250 milhões**

**Funcionários só serão contratados para carreiras de Estado**

**U**m decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso acabará com 12,5 mil mil vagas no serviço público somente no próximo ano. Das cerca de 15 mil vagas que surgiram no próximo ano, decorrentes de morte ou aposentadorias, só 2,5 mil poderão ser preenchidas. E só poderão ser contratados novos funcionários para as chamadas carreiras de Estado. São 19 as carreiras de Estado, cujas atividades são exclusivas do serviço público, sendo que praticamente todas elas exigem curso superior.

Segundo a ministra da Administração, Cláudia Costin, que anunciou a medida, os salários médios das vagas que serão extintas são de R\$ 1,5 mil. Com isso, a extinção das 12,5 mil vagas dará uma economia de quase R\$ 250 milhões por ano, entre salários, décimo terceiro e adicional de férias.

O decreto foi definido ontem na reunião da Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF). Ele determinará que para cada seis vagas surgidas por aposentadoria ou morte no serviço público, em qualquer função, somente uma poderá ser preenchida e exclusivamente para as funções-de carreira de Estado. Cláudia Costin disse que a decisão já valerá para os órgãos que planejam a realização de concursos públicos, mas ainda não publicaram os editais.

As vagas previstas nos concursos cujos editais já foram publicados, como os para técnicos e auditores da Receita Federal e para fiscais do Trabalho continuam inalteradas. Os órgãos que planejavam a realização de concursos, como as universidades federais para preenchimento de vagas de professores e de médicos para os hospitais universitários, poderão se valer da terceirização dos serviços, onde for possível.

## Passagens aéreas

Cláudia Costin também anunciou uma reclassificação

para o uso de passagens aéreas de primeira classe e executiva no serviço público. Na primeira classe só poderão viajar o presidente e o vice-presidente da República e as pessoas indicadas por eles, os ministros de Estado e os funcionários da Presidência da República de funções equivalentes. Poderão viajar na classe executiva os secretários executivos dos ministérios, os funcionários equivalentes da Presidência da República, os embaixadores titulares de representações brasileiras no exterior e os oficiais generais das Forças Armadas.

Além disso, os secretários nacionais, os ministros de primeira classe do Itamaraty e os presidentes das empresas estatais também poderão usar a primeira classe, quando a duração do tempo de vôo for superior a oito horas. Fora essa exceção também estes funcionários terão que usar a classe econômica. O Ministério da Administração irá recomendar ainda, também por um decreto presidencial, que os órgãos públicos, sempre que possível, adquiram as passagens pelas tarifas promocionais. Até agora, os órgãos do Governo, por força de atos governamentais, são obrigados a pagar a tarifa cheia ou a chamada tarifa G, criada especialmente para o serviço público e dá um desconto de apenas 15%. Há tarifas promocionais com até 60% de desconto em relação ao preço normal.

## Previdência

A CCF também decidiu a Previdência deixará de ter uma conta à parte no Governo e passará a fazer parte do caixa único do Tesouro. Ou seja, receitas e despesas da Previdência serão de responsabilidade direta do Tesouro. Segundo o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, um dos presidentes da CCF, a medida simplifica a cobertura pelo Tesouro do déficit da Previdência e permitirá uma economia com juros que deixarão de ser pagos.

Hoje, a Previdência acaba acumulando saldos bancários negativos por causa dos atrasos nos repasses do Tesouro para cobrir o déficit. Somente entre setembro e dezembro os juros por causa dos saldos negativos devem chegar a R\$ 70 milhões.

"Além disso, o Tesouro passará a ter maior controle sobre as despesas de custeio da Previdência, como já tem dos outros órgãos governamentais", disse Parente.

**AGUINALDO NOGUEIRA**

Repórter do Jornal de Brasília